

Patrística

Coleção **PATRÍSTICA**

1. *Padres Apostólicos*, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. *Padres Apologistas*, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmias
3. *Apologias e Diálogo com Trifão*, Justino de Roma
4. *Contra as heresias*, Ireneu de Lião
5. *Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência*, Ambrósio de Milão
6. *Sermões*, Leão Magno
7. *A Trindade*, S. Agostinho
8. *O livre-arbítrio*, S. Agostinho
- 9/1. *Comentário aos Salmos (Salmos 1-50)*, S. Agostinho
- 9/2. *Comentário aos Salmos (Salmos 51-100)*, S. Agostinho
- 9/3. *Comentário aos Salmos (Salmos 101-150)*, S. Agostinho
10. *Confissões*, S. Agostinho
11. *Sollóquios – A vida feliz*, S. Agostinho
12. *A Graça (I)*, S. Agostinho
13. *A Graça (II)*, S. Agostinho
14. *Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo*, Basílio de Cesareia
15. *História eclesiástica*, Eusébio de Cesareia
16. *Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana*, S. Agostinho
17. *A doutrina cristã*, S. Agostinho
18. *Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão*, S. Atanásio
19. *A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos*, S. Agostinho
20. *Contra Celso*, Orígenes
21. *Comentário ao Gênesis*, S. Agostinho
22. *Tratado sobre a Santíssima Trindade*, S. Hilário de Poitiers
23. *Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia*, S. João Crisóstomo
24. *Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre*, S. Agostinho
25. *Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos*, S. Agostinho
26. *Examerão – os seis dias da criação*, S. Ambrósio
- 27/1. *Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homilias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homilias sobre a Carta aos Efésios*, S. João Crisóstomo
- 27/2. *Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homilias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homilias sobre a Segunda Carta aos Coríntios*, S. João Crisóstomo
- 27/3. *Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homilias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus*, S. João Crisóstomo
28. *Regra Pastoral*, S. Gregório Magno
29. *A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese*, S. Gregório de Nissa
30. *Tratado sobre os Princípios*, Orígenes
31. *Apologia contra os livros de Rufino*, S. Jerônimo
32. *A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência*, S. Agostinho

SANTO AGOSTINHO

A FÉ E O SÍMBOLO
PRIMEIRA CATEQUESE
AOS NÃO CRISTÃOS
A DISCIPLINA CRISTÃ
A CONTINÊNCIA



Títulos originais:

• *De fide et symbolo*

Tradução: *Fabrizio Gerardi*

Introdução e notas: *Heres Drian de O. Freitas*

• *De catechizandis rudibus*

Tradução, introdução e notas: *D. Paulo Antonino Mascarenhas Roxo, OPræm.*

• *De disciplina christiana*

Tradução e notas: *Fabrizio Gerardi*

Introdução: *Heres Drian de O. Freitas*

• *De continentia*

Tradução, introdução e notas: *Gerson F. de Arruda Júnior e Marcos Roberto Nunes Costa*

Direção editorial: *Claudiano Avelino dos Santos*

Coordenação editorial: *Bento Silva Santos*

Supervisão: *Heres Drian de Oliveira Freitas*

Assistente editorial: *Jacqueline Mendes Fontes*

Revisão: *Tiago José Risi Leme*

Iranildo Bezerra Lopes

Diagramação: *Ana Lúcia Perfoncio*

Capa: *Marcelo Campanhã*

Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430

A fé e o símbolo [tradução Fabrício Gerardi]; Primeira catequese aos não cristãos [tradução D. Paulo A. Mascarenhas, Roxo, Opraem]; A disciplina cristã [tradução Fabrício Gerardi]; A continência [tradução Gerson F. de Arruda Jr. e Marcos Roberto N. Costa]. – São Paulo: Paulus, 2013 (Coleção Patrística; 32)

Título original: *De fide et symbolo / De catechizandis rudibus / De disciplina christiana / De continentia*

ISBN 978-85-349-3643-9

1. Cristianismo - Símbolos de fé 2. Religião - Aspectos simbólicos 3. Signos e símbolos - Aspectos religiosos - Cristianismo I. Título. II. Série.

13-04836

CDD-263.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Festas e símbolos religiosos 263.9

1ª edição, 2013

© PAULUS – 2013

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)

Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5087-3700

www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-3643-9

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos,

aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.

Cada obra tem uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do

pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de s. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os

últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner e A. Stuiber, Patrologia, São Paulo, Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

A FÉ E O SÍMBOLO

Introdução

Heres Drian de O. Freitas

Ocasão e datação

A obra *A fé e o símbolo* (*De fide et symbolo*), como outras duas que compõe este volume, é, em sua origem, um sermão.¹ Agostinho, contando cerca de dois anos de sacerdócio, pronunciou-o num Concílio Plenário dos bispos africanos² em Hipona, em 8 de outubro de 393. Não era usual que um sacerdote fizesse a pregação,³ menos ainda aos bispos reunidos num Concílio; no entanto, os bispos mesmos determinaram que ali assim fosse.⁴

A matéria tratada por Agostinho, evidente pelo título, foi o Símbolo, ou Credo, com a exposição do conteúdo da fé aí expressa. É possível que os bispos, conhecida a fama de Agostinho – muito rapidamente difundida – e, talvez, tendo sabido que tinha já tratado destas mesmas matérias antes do referido Concílio,⁵ encomendassem-lhe

¹ Cf. *Retractationes* I, 17.

² Cf. *Retractationes* I, 17.

³ Cf. POSSÍDIO, *Vida de Santo Agostinho*, 5, 3, Paulus, 2011, p. 41.

⁴ Cf. *Retractationes* I, 17.

⁵ Cf. *Sermão* 216, normalmente datado em 391. Além do referido *Sermão*, Santo Agostinho tinha composto, não muito tempo antes, seu *De utilitate credendi* (391). A respeito dos sermões sobre o Símbolo, é estranho que, desses, se conservem somente sete autenticamente agostinianos. Além do já citado e do próprio *De fide et symbolo*, há também os 212-215 e o *Sermão sobre o símbolo aos catecúmenos* (*De symbolo ad catechumenos*; a ser publicado no próximo volume dedicado a Santo Agostinho nesta coleção), que a tradição manuscrita fez chegar até nós como livreto. Essa estranheza deve-se, principalmente, ao fato de o bispo ter, dentre suas tarefas, a de instruir os catecúmenos, e um dos momentos desse processo era a *Transmissão do Símbolo*, quando esse era dito,

não só um pronunciamento, mas também a matéria desse pronunciamento, já que, pelos cânones do Concílio, não é possível concluir que tenha havido discussões a respeito da fé ou do símbolo.⁶ Isso é, no mínimo, curioso: por que a exposição de uma matéria da qual não se discutirá? O simples fato de Agostinho ter discorrido, pelo menos, duas vezes antes sobre a fé e sobre o Símbolo explicaria satisfatoriamente, como se acaba de dizer, a encomenda, feita pelos bispos, da matéria do pronunciamento de Agostinho?

A resposta mais plausível deve considerar Santo Agostinho e os bispos conciliares no contexto da teologia norte-africana; uma teologia muito prática, muito atenta ao cotidiano. A leitura de obras de, por exemplo, Cipriano de Cartago, bem como do próprio Agostinho, evidencia isso. O contexto, portanto, ajuda na resposta: pode ter sido uma preocupação – ou mesmo uma necessidade – dos bispos, à parte as discussões que mais tomariam seu tempo durante o referido Concílio, a formação dos recém-batizados na fé que tinham acabado de assumir e sua vivência dessa mesma fé.

De fato, além de uma imprescindivelmente necessária consciência da fé, os contextos sociocultural e religioso-teológico sugerem uma maior exigência de explicação

e explicado, aos que estavam por ser batizados. Agostinho deve tê-lo feito não poucas vezes. Para a datação das obras citadas nesta introdução, ver respectivo verbete em FITZGERALD, A. (org.), *Agostino. Dizionario enciclopedico*, Città Nuova, 2007, e MAYER, C. (org.), *Augustinus-Lexikon*, Schwabe, vol. 1 (1986-1994), vol. 2 (1996-2002), vol. 3 (2004-2010).

⁶ Ver GLANCY, F. G., *Fide et Symbolo, De*, em, FITZGERALD, A. (org.), *op. cit.*, p. 726-727, p. 726. Se bem que, no referido concílio, os bispos receberam uma versão do Símbolo de Niceia, sem a complementação de Constantinopla; cf. HEFELE, K. J., *Histoire des Conciles d'après les Documents Originaux*, Paris, 1908, vol. 2/1, p. 84. (Este Concílio foi o primeiro a fazer uma relação canônica dos livros que compõem as Sagradas Escrituras. A esse respeito, veja-se METZGER, B., *The Canon of the New Testament*, Oxford, 1987.) Para a história e os cânones do referido concílio, que tratou somente de questões disciplinares, ver HEFELE, K. J., *op. cit.*, vol. 2/1, p. 82-91.

e aprofundamento da fé católica. Quanto ao primeiro, é sabido que, não fazia tanto tempo, o cristianismo havia se tornado religião oficial do império; um império marcado por séculos de tradição pagã. Uma profundamente enraizada tradição na vida social e cultural não desaparece imediatamente, nem mesmo – podemos naturalmente supor – em cristãos verdadeiramente intencionados a deixar o paganismo pela nova fé.⁷ Mas o segundo contexto é decisivamente preponderante. Some-se ao primeiro contexto o fato de a fé ser apresentada como *uma*, como *única*, mas com manifestações de aspectos e matizes que a faziam parecer não uma, não única, e com, ao final, incidência direta sobre o núcleo da fé e da antropologia dela derivante. Referimo-nos às “teologias” então em circulação.

Se o cristianismo, como religião oficial, era relativamente recente, mais recente ainda era a promulgação do Símbolo Niceno-constantinopolitano,⁸ que também não foi aceito pacificamente. Havia literatura teológica pré e pós-nicena (e, aqui, pró e antinicensa) defendendo teologias ou, mais exatamente, cristologias distintas, que buscavam responder a questões específicas: Jesus Cristo encarnou-se verdadeiramente ou aparentemente? Se verdadeiramente, ele é homem ou é Deus? Se é homem, tem alma humana? Se é Deus, não é ele o próprio Pai feito homem? Se não é

⁷ Encontramos Agostinho, algumas vezes, comentando de fiéis que participavam na missa, mas também nos festivais pagãos, que, embora proibidos, ainda vigoravam. Ver, a esse respeito, por exemplo, *Explicação da Carta aos Gálatas*, 51, Paulus, 2009, Coleção Patrística 25, p. 138 e sua nota. Sobre a legislação imperial antipagã, anti-herética e questões afins, veja-se CAMERON, A., *The Later Roman Empire. AD 284-430*, Harvard University Press, 1993. Sobre a Igreja e o Império, veja-se DI BERARDINO, A. e STUDER, B. (ed.), *Storia della teologia*, vol. I: *Epoca patristica*, Institutum Patristicum “Augustinianum”, 1993, p. 307-320 (*La situazione ecclesiale*). Sobre os novos cristãos e velhos costumes pagãos, ver BROWN, P., *Religion and Society in the Age of Saint Augustin*, Faber & Faber, 1972.

⁸ Cf., abaixo, p. 15-16.

o Pai, é igual ou inferior ao Pai? Se é igual, como pode ser *outro* que não o Pai? O Símbolo, de modo conciso, responde a todas essas perguntas. Todas elas, e aqui não há mais que alguns exemplos,⁹ incidiam – e incidem – diretamente sobre o conceito de mediador (Jesus Cristo) e a doutrina da salvação do homem.

Dito mais simplesmente: se Jesus Cristo não é homem (realmente homem, com alma humana) e não é, ao mesmo tempo, Deus, como pode ser mediador entre Deus e os homens? (O mediador deve ter, necessariamente, características daqueles entre os quais faz a mediação; o Cristo tem, por um lado, a humanidade, e, por outro, a divindade.) E sem a mediação do Cristo, como o homem poderia aceder, por assim dizer, à esfera da divindade? A distância entre o Criador e a criatura, marcada pelo pecado, seria intransponível por essa última.

É indiscutível que tais circunstâncias exigissem que a fé fosse explicada, e bem explicada. Nesse, chamemos assim, marco circunstancial, é normal que o Símbolo assumisse o lugar da *Regra da Fé*,¹⁰ assinalando as margens dentro das quais a reflexão teológica deveria caminhar sem riscos de destoar da Revelação experimentada e transmitida pelos apóstolos e contida nas Escrituras.

Todo esse contexto explicaria o motivo de Agostinho pôr-se a discorrer sobre a fé para os bispos, ou melhor, de os bispos terem pedido a Agostinho que lhes falasse da fé e do Símbolo. Mas aqui poderia surgir outra pergunta: não seriam os bispos a ter de expor a fé, e expô-la aos fiéis, principalmente aos catecúmenos, como já dito nesta introdução? A resposta é sim, e Agostinho o sabe. Por isso, menciona, em sua exposição, o dever de se expor, de se

⁹ Mas trata-se dos mesmos exemplos de “teologias” afrontadas por Agostinho no *A fé e o Símbolo*, e que oportunamente serão indicadas.

¹⁰ Cf., abaixo, p. 14-15.

explicar a fé aos iniciados.¹¹ É preciso, ainda, considerar que talvez não todos os bispos tivessem facilidade com a atividade da pregação, com o *munus docendi* (a função de ensinar). A esse respeito, é famoso o motivo da ordenação do próprio Agostinho: auxiliar o bispo Valério, de origem grega, com a pregação.¹² Não é implausível que houvesse outros na mesma situação de Valério.¹³

Se outros sermões foram transmitidos como livros à posteridade pela tradição manuscrita, como *A disciplina cristã* e *A continência*, neste mesmo volume, não foi esse o caso do *A fé o símbolo*. Depois de pronunciado, Agostinho mesmo conta que, a pedido insistente de alguns daqueles bispos *que mais familiarmente o amavam*, publicou-o como livro.¹⁴ Por isso este sermão, diversamente dos que acabamos de indicar, consta nas *Retractationes*, onde o bispo de Hipona revisa pouco da obra que temos em mãos, não fazendo mais que uma, digamos, complementação interpretativa, a que voltaremos oportunamente,¹⁵ de um dos artigos dos Símbolo.

O Símbolo, ou Credo

O termo *símbolo* (*sýmbolon*) tem origem no verbo grego *syn-bállo*, reunir, dentre outros significados, e designava, mormente, um objeto que, tendo sido partido, permitisse, ao serem reunidas as partes, identificar seus portadores como contraentes, ou herdeiros, de um pacto (estatal, ou familiar, ou pessoal), ou como unidos por laços

¹¹ Cf. I, 1; mesmo se SCHINDLER, A., *Fide et symbolo* (De-), em MAYER, C. (org.), *op. cit.*, vol. 2, 1996-2002, cc. 1311-1317, c. 1312, sugere que as referências aos batizados – veja-se, abaixo, nota 29 – sejam um recurso de Agostinho para tornar a obra útil além do círculo episcopal conciliar.

¹² POSSÍDIO, *Vida de Santo Agostinho*, 5, 2, Paulus, 2011, p. 41.

¹³ Cf. SCHINDLER, A., *loc. cit.*

¹⁴ Cf. *Retractationes* I, 17.

¹⁵ Ver, abaixo, p. 58, nota 118.